

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

v13, n. 2

A INFLUÊNCIA POLÍTICA NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA: um estudo de caso na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Iguaracy (PE)

EMANUELA RIBEIRO LINS¹
LEONARDO RODRIGUES FERREIRA²

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo de caso realizado na secretaria de educação da cidade de Iguaracy/PE na qual busca identificar a interferência da influência política na organização pública verificando assim os impactos na gestão, para tanto se buscou realizar um levantamento bibliográfico em seguida se elaborou a pesquisa de campo que foi realizada em uma escola municipal na qual foi elaborado um questionário com perguntas abertas e aplicado a três funcionários efetivos da escola de diferentes setores com o objetivo de aferir os impactos da política na gestão escolar. Assim obtivemos como resultados a grande influência partidária na administração, comprometendo a gerencia do órgão, com indicações políticas e não técnicas para cargos de destaque, prejudicando toda a estrutura organizacional.

Palabras chave: *educação, política, organização.*

Abstract

The present work presents a case study carried out in the education department of the city of Iguaracy / PE in which it seeks to identify the interference of political influence in the public organization, thus verifying the impacts on the management, for which it was sought to carry out a bibliographic survey, the field research that was carried out in a municipal school in which a questionnaire with open questions was elaborated and applied to three effective employees of the school of different sectors with the objective of assessing the impacts of the policy in the school management. Thus we obtained as results the great party influence in the administration, compromising all the management of the organ with political and non-technical indications for positions of prominence, damaging the entire organizational structure.

1 Graduanda do curso de Administração – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)/Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST). Email: linsmanu41@gmail.com.

2 Administrador e Contador; Especialista e Mestre em Administração; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)/Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST). Email: lferreira.adm@gmail.com.

Keywords: education, politics, organization.

1 INTRODUÇÃO

A Política é um fenômeno social que nos acompanha integrando-se de tal maneira à forma como nós percebemos e lidamos com a realidade ao nosso redor, que podemos arriscar a constatação de que não teríamos mais como viver sem ela. É responsável pelo que de mais importante existe nas nossas percepções da realidade, a saber, a tomada de consciência (FEITOSA, 2010).

Em cidades do interior é comum a política ser vista como um meio para ingressar no mercado de trabalho, pois, muitas pessoas optam por determinado candidato a prefeito não com vistas em um desenvolvimento melhor para a cidade, mas veem uma oportunidade para trabalhar caso o seu candidato vença as eleições. Contudo, o problema não está diretamente relacionado com o fato de as pessoas tomarem partido político visando um emprego, o grande problema está em se contratar pessoas sem qualificação para cargos administrativos importantes.

Por meio dessa perspectiva é primordial analisar a relação da política com a administração, pois, este é um dos temas mais debatidos entre os profissionais da administração pública. Ao falar sobre esse tipo de administração vê-se a necessidade de se compreender o seu conceito que consiste na gestão de bens e de interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da moral, visando ao bem comum (NUNES, 2001).

Normalmente, os sistemas políticos estabelecem metas a serem alcançadas, no entanto, para que as metas sejam atingidas com êxito é necessário considerar e analisar diversos aspectos, dentre eles, a capacidade dos profissionais envolvidos. Desse modo, alguns papéis administrativos envolvem elevado grau de responsabilidade na elaboração política, é preciso que o preenchimento dos cargos públicos seja feito criteriosamente a fim de se obter o melhor corpo profissional para as áreas específicas. No campo educacional, por exemplo, a boa administração é algo que se faz cada vez mais relevante para o desenvolvimento de um país. O investimento em educação é um dos assuntos mais recorrentes na atualidade, como também, economia, saúde e segurança. Entretanto, o foco deste trabalho consiste em analisar a intervenção política na gestão de um órgão público voltado essencialmente à promoção da educação.

Contudo, este trabalho torna-se relevante por tratar sobre temáticas administrativas importantes a respeito de uma organização pública, tais como: Influência da política na gestão de um órgão público.

1.1 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar os impactos da influência política na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Iguaracy-PE.

1.1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os impactos da influência política na Secretaria de Educação;
- Analisar os dados da Secretaria;
- Levantar indicações acerca do tema proposto;
- Analisar o ambiente organizacional;
- Detectar os problemas existentes na organização;
- Levantar possíveis meios para resolução dos problemas encontrados;
- Sugerir melhorias para a organização.

2. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Iguaracy – PE funcionava internamente na prefeitura deste município até o ano de 1993, no entanto, devido à Lei nº 038/93 a estrutura administrativa da prefeitura foi reorganizada permitindo que a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes passasse a atuar em outro local. Desde a sua existência busca assegurar que a aprendizagem nas escolas públicas aconteça de forma eficaz, no entanto, com o passar dos anos, foi-se mudando as equipes de trabalho da Secretaria devido às mudanças de gestão do município. Atualmente esta empresa busca melhorar a qualidade do ensino desenvolvendo atividades pedagógicas para promover a interação entre alunos, escolas, pais, professores e comunidades. Além disso, promovem atividades culturais e esportivas, acesso à tecnologia, inclusão social etc.

Atualmente, esta empresa atua com 29 profissionais contratados e efetivos e 01 estagiária, distribuídos nos seguintes cargos:

HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo. v, 13, n. 2 (Ano, 2019) ISSN: 1517-7606

- Secretária de educação;
- Secretário de esportes;
- Analista de programas e projetos;
- Analistas de desenvolvimento pessoal;
- Diretora pedagógica;
- Analistas educacionais – ensino fundamental i;
- Diretora de inspeção;
- Coordenadora de inspeção;
- Assistente administrativo educacional;
- Nutricionista;
- Assistente administrativo educacional - merenda escolar;
- Auxiliar de serviços administrativos educacionais – na secretaria;
- Motorista;
- Psicóloga;
- Analista educacional ensino fundamental i e ii – educação de jovens e adultos;
- Analistas educacionais ensino fundamental ii – linguagens ciências humanas matemática e ciências da natureza;
- Avaliação;
- Técnico educacional;
- Estagiária.

3 DEFINIÇÃO E RELATO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), foi possível identificar os seguintes pontos críticos na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Iguaracy:

- Alguns funcionários não estão aptos para desenvolverem as tarefas que lhe são incumbidas;
- Há excesso de ruídos na comunicação, prejudicando mensagens importantes fazendo com que não sejam repassadas com fidedignidade;
- A empresa deveria possuir mais equipamentos para tornar o trabalho mais ágil, como por exemplo: computadores e impressoras multifuncionais;
- O ambiente organizacional é demasiadamente quente, prejudicando o bem-estar dos funcionários;
- Os materiais de expediente são comprados em quantidade mensurada no começo e meio do ano, acarretando em falta de material em certos momentos;

- Má distribuição de tarefas;
- Desvio de função;
- Falta de pontualidade;

Como descrito acima, a organização possui diversos problemas, logo, surge o seguinte questionamento que será tratado como situação-problema deste trabalho: Quais medidas podem ser tomadas para que a política não interfira negativamente do desempenho da organização analisada?

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho está pautado em técnicas administrativas para analisar a gestão de um órgão público sob influência política. Di Pietro (2017) define órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

4.1 Compreendendo a Administração Pública

A palavra *administração* vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função sob o comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação em seu significado original. A tarefa da Administração passou a ser a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação e garantir a competitividade em um mundo de negócios altamente concorrencial e complexo. A Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 2004).

É pertinente ao bom desenvolvimento dessa pesquisa compreender em que consiste a Administração Pública. Augustinho Paludo (2013) afirma que administração pública em sentido amplo compreende: o governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito compreende apenas as funções administrativas de

execução dos programas de governo, prestação de serviços e demais atividades. Além disso, afirma que a Administração Pública tem as seguintes características principais:

- **É executora** – a Administração, direta ou indiretamente, centralizada ou descentralizada, executa as atividades desejadas pelo Estado, tendo em vista o bem-estar da coletividade. A atividade da Administração Pública é de execução: presta serviços públicos e pratica atos administrativos através de seus órgãos e agentes. Ela não pratica atos políticos nem atos de governo.
- **É instrumental** – a Administração Pública não é um fim em si mesma, mas um instrumento do Estado para a promoção do desenvolvimento do país e do bem comum da sociedade. É o meio de que se valem o Estado e o Governo para realização de seus fins.
- **É hierarquizada** – a estrutura da Administração Pública obedece a uma hierarquia, em que há subordinação dos órgãos inferiores aos superiores. Os agentes lotados nos órgãos inferiores (ainda que chefes hierárquicos) também obedecem às instruções das autoridades que comandam os órgãos superiores.
- **Possui competência limitada** – a Administração Pública só possui poder para decidir e comandar a área de sua competência (competência específica). A competência, por sua vez, é estabelecida por lei e fixa os limites da atuação administrativa, de seus órgãos e agentes.
- **Tem responsabilidade técnica** – ao prestar serviços públicos e praticar atos administrativos, a Administração Pública obedece a normas jurídicas e técnicas. O desvio dessas normas invalidará o ato praticado e responsabilizará o agente que o praticou. Os agentes públicos são responsáveis pelos atos que praticam, e estão sujeitos à prestação de contas perante a própria Administração, os órgãos de controle e a sociedade.
- **Tem apenas poder administrativo** – a Administração não tem poder político, mas apenas administrativo: suas decisões se restringem a assuntos técnicos, financeiros e jurídicos, e todas as atividades administrativas submetem-se aos princípios e normas vigentes no ordenamento jurídico.
- **É dependente** – a função administrativa consiste em implementar as decisões tomadas pelo Governo, pelo Legislativo ou pelo Judiciário (quando submetidas a sua apreciação). A Administração Pública, portanto, é uma atividade dependente e vinculada às decisões/opções do Governo, dos

poderes e dos demais órgãos que detêm competência legal para fiscalização e controle de sua atuação.

- **É neutra** – a Administração Pública deve tratar a todos igualmente. Como parte da estrutura do Estado, perseguindo o bem comum da coletividade, não lhe é permitido afastar-se desse fim pretendido pelo Estado e expresso pelas normas e princípios vigentes. Não pode, pois, a Administração favorecer/discriminar pessoas, políticos, determinada categoria ou região, em detrimento dos demais, sob pena de desvio de finalidade e ofensa ao ordenamento jurídico vigente.

A Administração tem como objetivo aplicar suas funções à empresa para, através de recursos materiais e humanos, concretizar os processos executados em todas as suas áreas, considerando seu ambiente interno e o ambiente externo que a envolve (GULLO, 2016).

Onde quer que a cooperação de pessoas, no intuito de alcançar objetivos comuns, se torne organizada e formal, o componente essencial e fundamental dessa associação é a Administração- a função de conseguir fazer as coisas por meio das pessoas e com os melhores resultados. Somente a partir do momento em que as organizações alcançaram certo tamanho e complexidade é que a sua administração começou a apresentar dificuldades e desafios até então intransponíveis para seus dirigentes (CHIAVENATO, 2004).

4.2 As Organizações Públicas

Para compreender as organizações públicas é necessário analisar o contexto que as precede. Logo, é relevante trazer a este trabalho os conceitos de Administração Direta e Indireta: A Administração Direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios. Já a Administração Indireta compreende entidades dotadas de personalidade jurídica própria, tais como as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas (CHIAVENATO, 2006).

Por meio dos conceitos descritos acima, compreende-se que faz parte da Administração Direta a União Federal, os Estados membros, o Distrito Federal e os Municípios. Bem como todos os órgãos relacionados, desse modo é possível

classificar as prefeituras e secretarias municipais como pertencentes à Administração Direta.

Quando pensamos em organizações de qualquer tipo, parece difícil conceber atividades que não estejam vinculadas a esta forma de construir relações sociais e de produção. As organizações estão presentes em diferentes setores vitais e fazem parte das mais diversas atividades do nosso dia a dia, uma vez que “afetam fortemente cada aspecto da existência humana – nascimento, crescimento, desenvolvimento, educação, trabalho, relacionamento social, saúde, e até mesmo a morte” (SCHULTZ, 2016).

As organizações públicas – responsáveis pela prestação de serviços para a sociedade – podem ser aceitas como sistemas complexos, interdependentes e dinâmicos. Atuam e interagem no seu ambiente, de forma ininterrupta e de maneira coerente, por meio de pessoas e tecnologias, trocas de informações e das estruturas organizacionais. Buscam, no cumprimento de suas atividades, alcançar o melhor desempenho possível, e assim atender de maneira efetiva e com qualidade as demandas da população (PEREIRA, 2010).

Segundo Shepherd e Valencia (1996), as situações que dificultam a administração e organizações públicas são:

- A administração Pública oferece, principalmente, serviços dos quais ela detém o monopólio, o que propicia que sejam produzidos de maneira ineficiente;
- O controle dos eleitores sobre os políticos é normalmente imperfeito, uma vez que organizações políticas destinadas a representar os eleitores dificilmente trabalham sem atrito;
- A dificuldade dos políticos em controlar os funcionários, bem como em definir e medir com exatidão os resultados da Administração Pública.

Entretanto, tais pontos devem ser considerados juntamente com a cultura de cada instituição. Por meio de suas elaborações culturais, invenções e diferentes formas de caminhar e resolver os problemas – especialmente em termos de ciência, tecnologia e inovação – é que os países buscam avançar em termos econômicos, sociais e políticos (PEREIRA, 2010).

4.3 Políticas Públicas

a) Política, uma breve análise:

“Politics” refere-se ao conjunto de interações que definem múltiplas estratégias entre atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos. Refere-se à política entendida como a construção do consenso e luta pelo poder. Já o termo “policy” é entendido como ação do governo. Constitui atividade social que se propõe a assegurar, por meio da coerção física, baseada no direito, a segurança externa e a solidariedade interna de um território específico, garantindo a ordem e providenciando ações que visam atender às necessidades da sociedade. Sendo assim, podemos nos referir à política de educação, saúde, assistência social, agrícola, fiscal etc., ou seja, produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social (DIAS, MATOS, 2011).

O termo “política” foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas, que se referem de algum modo às atividades do Estado. Logo, o Estado é um organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual, sendo assim, a política é a doutrina moral social (PEREIRA, 2010).

Desse modo, pode-se compreender que a política é um fato social e existe há muito tempo. Possui várias definições, sendo um tema amplamente discutido em todo o mundo e se faz importante, pois, é por meio da política que nos expressamos democraticamente ao eleger os candidatos que acreditamos ser boas opções para nos representar nos Poderes Executivo e Legislativo.

b) Compreendendo as Políticas Públicas:

Considerada uma área do conhecimento contida na Ciência Política, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir de meados do século XX na Europa e Estados Unidos. O primeiro passo para se discutir política é compreender o conceito de “público”. As esferas que são rotuladas como públicas são aquelas que estão em oposição a outras que envolvem a ideia de “privado”. O público compreende aquele domínio da atividade humana que é considerado necessário para a intervenção governamental ou para a ação comum. Logo, o

conceito de política pública pressupõe que há uma área ou domínio da vida que não é privada ou somente individual, mas existe em comum com outros. Essa dimensão comum é denominada propriedade pública, não pertence a ninguém em particular e é controlada pelo governo para propósitos públicos (DIAS, MATOS, 2011).

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

4.4 Política e suas influências

Uma das principais características da política consiste no seu poder de influência sobre algo ou alguém. O poder da influência política, quando aceito pelos influenciados, é demasiadamente forte, e se configura como algo de extrema importância no ato de governar. Nesse contexto, para entender a dimensão da influência política em determinado lugar e sobre determinadas pessoas, faz-se relevante destacar alguns pontos, como por exemplo: a participação política na gestão pública, as transformações que a política acarreta e o seu poder.

A participação da política é essencial na gestão pública, pois envolve os destinatários diretos das ações governamentais, que têm interesse em melhorá-las. Esse público-alvo das políticas públicas pode colaborar informando as necessidades, prioridades e capacidades das comunidades, adequando os programas às demandas locais, promovendo uma melhor utilização dos recursos; os serviços podem ser melhorados; recursos locais podem ser mobilizados; as

instalações, equipamentos e a sua manutenção podem ser melhorados (DIAS, MATOS, 2011).

As transformações políticas, sejam de aspecto revolucionário ou evolutivo, são resultado de movimentos em três esferas: dos atores, dos temas e das condições. Há mudanças políticas que ocorrem porque mudam os atores considerados legítimos para protagonizar a política, que contestam o fato de ela ser feita por uns e não por outros, por determinada classe social e não por todos (revoluções democráticas), pelo Estado e não pela sociedade civil (virada neoliberal). Em outros casos, a mudança tem lugar porque se altera o conjunto de temas em torno dos quais se debate ou governa (a chamada “agenda política”), de maneira que alguns assuntos deixam de ser os mais importantes e outros se tornam o centro do debate público ou das prioridades de governo (INNERARITY, 2017).

No que se refere ao poder, no âmbito de uma comunidade política, o Poder de A (que pode ser, por exemplo, um órgão público ou um determinado grupo de pressão) pode dizer respeito à política urbanística; o poder de B, à política exterior em relação a uma certa área geográfica; o poder de C dirá respeito, enfim, à política educacional, e assim por diante. A esfera do Poder pode ser mais ou menos ampla e delimitada mais ou menos claramente. O Poder que se funda sobre uma competência especial fica confinado ao âmbito dessa competência. Mas o Poder político e o Poder paterno abrangem, normalmente, uma esfera muito ampla. Por sua vez, a esfera de Poder de uma pessoa que ocupa um cargo numa organização formal (como é o caso do presidente ou do tesoureiro de uma associação) é definido de modo preciso e taxativo, enquanto que a esfera de Poder de um chefe carismático não é precisada por antecipação e tende a ser ilimitada (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1983).

Com base no exposto, para compreender a influência política é necessário analisar uma série de fatores, pois apesar de ser bastante importante é uma temática muito complexa.

5 METODOLOGIA

Almejando a realização dessa pesquisa, foi feito um estudo aprofundado por meio de internet e livros para levantamento bibliográfico com o intuito de adquirir conhecimento teórico sobre o tema escolhido. Pesquisou-se sobre administração HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo. v, 13, n. 2 (Ano, 2019) ISSN: 1517-7606

pública, organizações públicas, políticas públicas e influência da política nas esferas públicas.

Esta pesquisa tem natureza exploratória, pois, possui como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, habitualmente essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008).

Também se caracteriza como pesquisa qualitativa por utilizar um **método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado**, estudando as suas particularidades e experiências individuais, por exemplo.

Utilizou-se um questionário elaborado por mim, composto por cinco questões abertas das quais todas foram utilizadas para desenvolvimento desta pesquisa, objetivando proporcionar um melhor entendimento sobre o conhecimento de todos dentro da empresa. O questionário foi aplicado a três funcionários de setores diferentes da organização analisada, com intuito de descobrir qual a visão destes profissionais em relação ao ambiente de trabalho, se eles creem que nele, a política é fator determinante ou não. Por fim, após a obtenção dos dados, os mesmos foram analisados e esclarecidos para melhor entendimento dos leitores.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Para realização dessa pesquisa utilizou-se um questionário na referida organização, com cinco perguntas, aplicado a três funcionários. Após a coleta das informações foi possível analisar a situação da empresa, bem como levantar possíveis soluções para os problemas encontrados.

Para alcançar os objetivos pretendidos, foi necessário elaborar perguntas sobre influência política, importância das políticas públicas, avaliação do clima organizacional, pertinência da escolha dos profissionais envolvidos e importância do papel dos profissionais de educação.

Quando se perguntou ao primeiro funcionário sobre sua opinião em relação ao clima organizacional, o mesmo respondeu: *“A manutenção do planejamento e a formação continuada são aspectos primordiais a serem levados em conta para uma melhor sistematização do trabalho e benefício das relações interpessoais, neste ambiente”*. O segundo funcionário respondeu da seguinte maneira: *“O ambiente*

organizacional é regular, em alguns aspectos ainda há o que melhorar". E o terceiro funcionário respondeu apenas: *"Bom"*. Essa pergunta foi inserida no questionário com o intuito de verificar se, de algum modo, o clima organizacional interfere na sinergia do trabalho. Desse modo, vemos que o clima organizacional ainda não é o ideal, mas não se configura como um fator crítico deste ambiente, uma vez que não foram relatados casos graves devido a esse fato.

Quando questionados sobre a pertinência das políticas públicas em relação ao bom desempenho educacional, o primeiro respondeu: *"Acredito que seja pertinente. Todavia é necessário fazer uma observação mais ampla das necessidades educacionais"*. O segundo funcionário também concordou quanto a relevância das políticas públicas nessa área: *"Sim, creio que seja relevante. Para que os requisitos primordiais que envolvem uma boa educação sejam beneficiados tem que haver políticas públicas bem consolidadas"*. O terceiro funcionário manteve a mesma opinião que os outros: *"As políticas públicas influenciam de forma direta e indireta no desenvolvimento do planejamento e das ações educacionais, desde o aspecto financeiro ao teor colaborativo, propiciando o alcance das metas"*. Ao analisar as respostas, percebe-se que os três colaboradores comungam da mesma opinião, ao concordarem quanto à relevância das políticas públicas.

A terceira pergunta foi em relação à escolha dos profissionais que trabalham na área educacional, questionou-se se eles consideram essa escolha importante. O primeiro funcionário afirmou: *"É importante sim. Acredito que a adequação de um perfil profissional ao exercício da função é critério indissociável de uma boa gestão e sucesso desses profissionais"*. O segundo funcionário, também concordou: *"Sim. Eles devem ter perfil e qualificação na área"*. E novamente o terceiro colaborador também manteve mesma opinião que os demais, no entanto demonstrou aversão sobre a questão de contratar alguém apenas por afinidade: *"É uma escolha importante. Entretanto, seria interessante que os profissionais fossem escolhidos por capacidade profissional e não por amizade ou por voto dado"*. A partir dessa pergunta, inicia-se uma discussão sobre a influência política nessa organização. O último funcionário, mostrou-se oposto à postura política de contratar pessoas apenas por questões eleitorais, de fato, admitir pessoas somente por este critério pode

comprometer o bom desempenho da organização. Porque um profissional mal escolhido pode acarretar em uma série de problemas organizacionais.

A quarta pergunta buscou investigar qual a opinião dos três funcionários, expressas em números, em relação à influência política no seu ambiente de trabalho. Foi sugerida uma escala de 0 a 10 para que eles escolhessem o número que mais representava tal influência. Dois dos funcionários escolheram o número 8, mas o outro colaborador escolheu o número 0. Nesse contexto, entende-se que das três pessoas consultadas, duas creem que a influência política é algo predominantemente forte na organização, mas a outra pessoa não comunga da mesma opinião. Mostrando-se totalmente contrária a opinião de que a política interfere em seu ambiente de trabalho. Uma dessas pessoas, que escolheu o número 8, foi além do solicitado e se expressou da seguinte forma: *“É triste ter que mencionar que ainda vivemos em dias que a política fala mais alto do que a capacidade do profissional”*.

Na quinta e última pergunta foi-lhes pedido que falassem dos seus papéis enquanto profissionais da educação, bem como seus desafios e/ou dificuldades. O primeiro colaborador respondeu: *“Meu papel consiste em exercer minhas funções e muitas vezes aquelas que não são pertinentes a minha função, além disso, algumas vezes contribuo no auxílio aos colegas, claro que nem todos, pois alguns não merecem nem meu respeito. No geral, busco manter o nível de profissionalismo, mesmo tendo que fingir em alguns casos. Tudo pela necessidade, que não só eu, mas muitos possuem, a da sobrevivência”*. O segundo profissional afirmou: *“Sou professora e dou o meu melhor diante do que me é oferecido”*. O terceiro respondeu da seguinte forma: *“O papel do educador será sempre a prática das suas aprendizagens, no sentido de promover a harmonia, o senso de justiça e o respeito diante das diferenças, valorização horizontal das classes e demais esferas sociais, fortalecendo a empatia entre indivíduos”*. Com base nas respostas expostas acima, os três colaboradores mostraram-se conscientes em relação aos seus papéis no âmbito educacional, todos demonstraram concordar com o fato do profissional admitido ser alguém qualificado para um determinado cargo. A partir dessa perspectiva, tem-se o questionamento: Quais medidas podem ser tomadas para que

a influência política não prejudique uma organização pública, devido à escolha de profissionais não capacitados para cargos que exigem alta capacitação?

Após a análise dos dados obtidos, observou-se também que a empresa possui alguns problemas como o fato de alguns funcionários não estarem aptos para desenvolverem as tarefas que lhe são incumbidas, há excesso de ruídos na comunicação, prejudicando mensagens importantes fazendo com que não sejam repassadas com fidedignidade, a empresa deveria possuir mais equipamentos para tornar o trabalho mais ágil, como por exemplo: computadores e impressoras multifuncionais, o ambiente organizacional é demasiadamente quente, prejudicando o bem-estar dos funcionários, os materiais de expediente são comprados em quantidade mensurada no começo e meio do ano, acarretando em falta de material em certos momentos, má distribuição de tarefas, desvio de função e falta de pontualidade.

Sendo assim, apresenta-se a seguir as sugestões que podem ser implantadas na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Iguaracy:

- Em primeiro lugar, deve-se rever a questão das contratações dos funcionários por motivos de amizade e/ou partido político, deve haver um mecanismo qualificador antes da contratação, além disso, poderiam ser feitas análises periódicas para mensurar o trabalho dos funcionários admitidos;
- No que se refere aos ruídos, estes poderiam ser diminuídos se a comunicação for mais eficiente, muitas vezes uma informação é disseminada de maneira errada o que gera problemas de comunicação, para sanar este problema é válido fazer reuniões com todos os membros da empresa para que a informação seja passada de forma mais fidedigna possível a todos;
- Em relação aos equipamentos para tornar o trabalho mais ágil, poderia ser solicitado à prefeitura – órgão superior à secretaria – tais equipamentos;
- O problema da temperatura elevada pode ser sanado com aquisição de ventiladores e/ou instalação de ar condicionado nas salas;
- No que se refere aos materiais de expediente, poderia se implantar um sistema de controle de estoque mais eficiente, com cálculos mais precisos para que não falte material;

- O problema da má distribuição de tarefas ocorre devido a uma divisão falha das atividades organizacionais, o que consiste em mais trabalho para alguns funcionários e menos trabalho para outros. Para corrigir esse problema é relevante fazer uma boa programação das tarefas, realizando uma repartição igualitária entre os profissionais. Com o planejamento adequado, você terá bons resultados e trabalhadores mais satisfeitos. É muito positivo, também, consultar os colegas para apoiá-los no desenvolvimento do programa;
- O desvio de função que altera a função original do funcionário é um problema sério quando não é combinado entre o empregado e o empregador. Além de executar as atribuições de outra pessoa, o funcionário é responsável por todo e quaisquer problemas que possam ocorrer. Para retificar esse problema é necessário que o funcionário tente conversar com o empregador que definiu as funções. Acontece que, pode ocorrer dos empregadores não perceberem ou desconhecerem sobre o acúmulo e desvio de função como um problema legal e uma conversa basta para eles compreenderem que isto não pode ser feito. Entretanto, se isso ocorre devido à má fé, o funcionário que está se sentindo prejudicado deve procurar seus direitos legais;
- Em relação à falta de pontualidade já foram realizadas algumas reuniões para tentar corrigir esse problema;

Todas estas propostas citadas acima são medidas simples de intervenção que podem auxiliar eficientemente nos processos da organização.

CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho buscou analisar a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Iguaracy, a fim de compreender a empresa, vislumbrar a problemática existente e posteriormente estabelecer soluções. Este trabalho abordou temáticas sobre administração pública, organizações públicas, políticas públicas e influência política.

Com base em tudo o que foi visto é possível constatar que a administração pública, bem como órgãos públicos estão intimamente relacionados com a política,

esta por sua vez, se mostra altamente influente nessa relação. No que se refere à organização analisada, viu-se que existe muita influência da política em seu funcionamento, a começar pela escolha dos funcionários que se mostrou um ponto de destaque nesse trabalho. A escolha desses funcionários se dá, basicamente por afinidade partidária, ou seja, as pessoas que optam por votar em determinado partido político esperam que, caso seu candidato vença as eleições, lhes dê um emprego. Acontece que, ao tomar essa atitude, o político está abrindo caminho para a contratação de pessoas sem o devido preparo para ocupar determinados cargos, essa problemática acarreta em problemas organizacionais que afetam o bom desempenho de uma empresa.

A partir dessa discussão é de suma importância entender toda a esfera que compreende administração, organizações públicas e política, a fim de que se possa sugerir melhorias para essas organizações. Foi justamente esse o objetivo deste trabalho, identificar os impactos da influência política em uma organização pública, objetivo este alcançado de forma satisfatória, já que foram expostos nesse trabalho diversos pontos decorrentes de tal influência e a partir dessas constatações, elaborou-se diversas soluções para tentar sanar os problemas.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11^a ed. Brasília, UnB, 1983.
- CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública**. Rio de Janeiro, pg. 537 e 538. Ed. Campus, 2006.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo, 2004.
- INNERARITY, D. **A Política em Tempos de Indignação: A Frustração Popular e os Riscos Para a Democracia**. Rio de Janeiro, LeYa, 2017.
- DIAS, R; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FEITOSA, A. C. **Ciência Política**. Aracajú, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GULLO, J. **Administração para quem Estuda, Ensina e Pratica**. São Paulo, 2016.

PALUDO, A. **Administração Pública**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PEREIRA, J. M. **Curso de Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais**. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHULTZ, G. **Introdução à Gestão de Organizações**. 1º ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016.

SOUZA, C. Artigo Científico. UFBA, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 18 nov. 2018.